



O ORÇAMENTO É UM ROUBO!

EXISTE ALTERNATIVA!

O Orçamento de Estado apresentado pelo Governo do PSD/CDS-PP é sinónimo de agravamento do roubo nos salários e nas pensões, de aumento do desemprego, de destruição de mais postos de trabalho e de aumento da precariedade. Este é um Orçamento que deteriora as condições de vida dos portugueses e que hipoteca o futuro da juventude.

Existe alternativa a estas políticas: uma política ao serviço do povo e dos trabalhadores, que responda às suas necessidades e anseios.

Nos locais de trabalho e nas ruas, a juventude exige uma política que crie emprego com direitos, que combata a precariedade e promova o aumento dos salários.

Os Jovens trabalhadores exigem a demissão do Governo e uma política que sirva os interesses de quem trabalha.

Outra política fiscal!

É possível e urgente

O Governo PSD/CDS impõe sobre os trabalhadores e o Povo uma brutal carga fiscal, ao mesmo tempo que pretende diminuir a das grandes empresas e grupos económicos, assegurando o aumento dos seus lucros, em troca de uma falsa promessa de criação de emprego.

A CGTP-IN tem propostas alternativas à austeridade: uma política fiscal mais justa, para uma mais justa repartição dos rendimentos.

O DESAGRAVAMENTO DA CARGA FISCAL DOS TRABALHADORES E PENSIONISTAS

1. Revogação da sobretaxa

A primeira medida necessária para introduzir maior justiça fiscal e aumentar o rendimento disponível das famílias de menores rendimentos é **a revogação da sobretaxa de IRS de 3,5%**.

2. Uma tabela de IRS mais progressiva, com o aumento dos escalões e a redução das taxas de imposto

A CGTP-IN propõe **a reformulação da tabela de IRS, criando mais escalões**, materializando assim uma efectiva progressividade. A tabela agora proposta pela CGTP-IN é composta **por 9 escalões**.

Esta proposta permite **aumentar o rendimento disponível das famílias num valor estimado de 3.482,4 milhões de euros**.

3. Desagravamento do IVA para os bens e serviços essenciais

Em 2012 os trabalhadores e pensionistas viram o IVA aumentado em bens e serviços essenciais. O IVA é um imposto, cego, que não tem em conta o rendimento de quem o paga, não sendo é justo taxar da mesma forma bens de primeira necessidade, como os alimentos, gás e electricidade, e bens de luxo. A CGTP-IN defende que todos os bens e serviços a integrar num cabaz básico que inclua os bens alimentares e as bebidas não alcoólicas, o abastecimento de água, de electricidade e de gás (natural, de botija e canalizado), a habitação, o vestuário e calçado, a educação, a saúde, os transportes, a cultura e ainda os produtos de higiene pessoal e doméstica, sejam sujeitos à taxa reduzida de IVA. Esta é uma medida urgente do ponto de vista social e um imperativo económico, pois permitirá aumentar o consumo e dinamizar a economia.

A CGTP-IN propõe **a descida da taxa do IVA para 6% sobre os bens e serviços do cabaz básico**, nomeadamente:

- ⌘ Bens alimentares e bebidas – conservas de carne, flocos de cereais, leguminosas enlatadas (feijão, grão, ervilhas, milho, etc.), açúcar, bolachas, charcutaria, óleo alimentar, puré de batata, margarinas de origem animal ou vegetal, café em grão ou pó, água engarrafada
- ⌘ Electricidade e gás (natural, de botija e canalizado)
- ⌘ Vestuário e calçado
- ⌘ Produtos de higiene pessoal e doméstica

⌘ Livros e espectáculos culturais

A redução do IVA da electricidade e do gás permitirá às famílias uma poupança que pode atingir os 475,3 milhões de euros.

A CGTP-IN propõe ainda a reposição da taxa de IVA a 13% para o sector da restauração (prestações de serviços de alimentação e bebidas), com repercussões nos preços ao consumidor.

Esta proposta permitiria um alívio às famílias e empresas num valor estimado entre 145 e 178 milhões de euros.

4.Desagravamento do IMI

A CGTP-IN propõe a consolidação do valor fiscal total do património imobiliário de cada sujeito passivo e a **criação de uma taxa de imposto extraordinária para imóveis de valor patrimonial superior a meio milhão de euros**. A taxa extraordinária é progressiva, variando entre 0,1% e 0,25%, de acordo com o valor consolidado do património.

De forma a reduzir os encargos fiscais em sede de IMI para as famílias de menores rendimentos, a CGTP-IN propõe o alargamento da isenção do imposto (art. 48º do Estatuto dos Benefícios Fiscais) aos agregados até ao segundo escalão de rendimento colectável (cerca de 17.100 euros de rendimento anual bruto).

Estas medidas iam diminuir a carga fiscal sobre as famílias, aumentando em 3.482,4 milhões de euros o rendimento das famílias, em 2.785,9 milhões de euros o consumo privado e em 417,9 mil euros o aumento de receitas provenientes do IVA.

RECUPERAR DÍVIDAS, COMBATER A FRAUDE E EVASÃO FISCAL E ALARGAR A BASE TRIBUTÁRIA

Taxar a quem mais tem, aos grandes grupos económicos e às grandes fortunas.

1. Redução da carteira de dívida à Autoridade Tributária

A recuperação de 10% do montante em dívida pelos Grandes Devedores à Autoridade Tributária permitirá arrecadar 1 127 milhões de euros.

O total da carteira de dívidas ao fisco ascendia, em 2012, a 18 105 milhões de euros. Desta carteira da dívida, 62% é da responsabilidade dos grandes devedores (chamados de “devedores estratégicos”), que deviam à Administração Tributária 11 279 milhões de euros, apesar de apenas

representarem 6% (11 399) do número total de processos de execução fiscal (350 813).

De forma a reaver os montantes em dívida à AT, a **CGTP-IN** propõe:

- a) O aumento significativo dos meios humanos e materiais** (inspectores, serviços técnicos especializados);
- b) A definição anual de metas quantificadas para a cobrança dos montantes em dívida, com avaliação semestral dos resultados atingidos.**

2. Combate à fraude e evasão fiscal

A redução da economia não registada em 3 p.p.. Esta medida permitirá ao Estado arrecadar uma receita adicional de 1.117 milhões de euros.

Os últimos dados conhecidos, referentes a 2012, **davam conta de uma economia não registada de 26,7% do PIB – o nível mais elevado de sempre - muito acima da média da OCDE (16,4%).**

De forma a combater, séria e efectivamente, a fraude e evasão fiscal, a **CGTP-IN** propõe:

- a) A adopção de uma política de redução da economia não registada através do reforço dos meios da Autoridade Tributária** (à semelhança do proposto para a recuperação de dívidas), e da dinamização da inspecção fiscal de forma a identificar o planeamento fiscal abusivo;
- b) A alteração do quadro penal e processual de forma a penalizar a fraude e evasão de grandes contribuintes**, executando todas as diligências e esforços necessários à cobrança célere das dívidas dos Devedores Estratégicos;
- c) A fiscalização e controlo das práticas de planeamento fiscal, estabelecendo normas anti-abuso e dotando a administração dos meios e instrumentos adequados.**

3. Alargamento da base fiscal

3.1 A eliminação da dedução sobre os lucros distribuídos significa, **tendo como base os dados de 2011**, a possibilidade de **aumentar a receita tributária até ao limite de 1 476 milhões de euros.**

3.2 A criação de uma sobretaxa de 10% a incidir sobre os lucros distribuídos aos accionistas com participações superiores a 0,5% no capital da empresa. **Estima-se que esta medida permita arrecadar uma receita de 1 496,4 milhões de euros**

4. Taxa de 0,25% sobre as transacções financeiras

A criação de uma taxa (0,25%) **permitirá obter uma verba potencial de 1.868 milhões de euros.**

5. Introdução de progressividade no IRC e contribuição extraordinária das grandes empresas

5.1 Aplicação de uma taxa de imposto de 33,33% às empresas com volume de negócios superior a 12,5 milhões de euros. Esta medida, que incidirá sobre menos de 1% das empresas, representa um aumento da receita fiscal em 932 milhões de euros relativamente à receita de IRC obtida em 2011

5.2 Uma contribuição Extraordinária a incidir sobre os resultados líquidos, superiores a 1,5 milhões de euros, dos grupos económicos e empresas, que **permitirá uma receita adicional de 747,5 milhões de euros.**

EFEITOS DAS PROPOSTAS DA CGTP-IN NO AUMENTO DA RECEITA E DIMINUIÇÃO DA DESPESA FISCAIS DO ESTADO E SEGURANÇA SOCIAL

As propostas da CGTP-IN a incidir sobre os rendimentos de capital, quer do lado da receita quer do lado da despesa representam um aumento/redução da receita/despesa fiscal do Estado em 9.563,5 milhões de euros, e de 750 milhões para a Segurança Social (por via da recuperação de dívidas).

CRIAR EMPREGO COM DIREITOS – DESTRUIR A PRECARIIDADE

1. Aumento dos salários

É condição essencial para a melhoria das condições de vida, o aumento da procura e a criação de emprego.

Este aumento deve ter referência para a contratação colectiva e as reivindicações directas nas empresas, **uma actualização não inferior a 3% e com um aumento mínimo garantido de 30€ (1€ por dia).**

É também necessária a **actualização do salário mínimo nacional para os 515€, com efeitos a 1 de Setembro deste ano, seguida de uma revisão em Janeiro de 2014 para 550€;**

2. Aumentar a produção, desenvolver o país.

Portugal precisa de um plano estratégico de desenvolvimento baseado no aumento da produção nacional, aproveitamento pleno dos recursos do país e no investimento produtivo, a par das medidas imediatas de melhoria do rendimento disponível e do consumo.

Plano estratégico que inclua:

Medidas que combatam o desemprego e a destruição dos postos de trabalho.

Investimento e modernização de sectores produtivos, com vista a salvaguardar as actividades tradicionais e desenvolver novos sectores. Reindustrializar o país e explorar potencialidades subaproveitadas (caso da economia do mar e da agricultura) e desenvolver as energias renováveis.

Promoção do emprego de qualidade e melhoria da formação e qualificação dos trabalhadores.

Financiamento da economia, de forma a reconstruir um sector empresarial do estado forte, nos sectores estratégicos e nas actividades financeiras, retomando para a mão do estado os sectores estratégicos que foram privatizados, e travando os processos de privatização em curso.

3. Combate aos despedimentos e à precariedade

Promoção de medidas e leis que combatam o desemprego, e revogação das disposições legais, aprovadas recentemente pelo Governo, que facilitem os despedimentos (nomeadamente a redução das indemnizações por despedimento, de 30 para 12 dias)

Fim imediato dos despedimentos ilegais de trabalhadores da administração pública.

Revogar a legislação que promove as contratações a prazo de jovens trabalhadores, paga com dinheiros públicos, como a única solução. São

exemplos disso programas como o “Impulso Jovem”, que é preciso desde já travar, afirmando o trabalho efectivo como solução para os jovens trabalhadores.

Fiscalização eficaz sobre os recibos verdes, que leve aos fim dos falsos recibos verdes.

Desenvolvimento de esforços efectivos no combate à precariedade, garantindo que cada posto de trabalho permanente que seja ocupado por um trabalhador com vínculo precário, seja convertido num contra efectivo de trabalho, tanto no sector público como no sector privado.

EFEITOS DAS PROPOSTAS DA CGTP-IN NA VIDA DOS JOVENS TRABALHADORES

As propostas da CGTP-IN mostram que há alternativas ao rumo de desastre que este governo quer impôr.

Há alternativa à austeridade, uma alternativa que crie postos de trabalho, promova a industrialização do país, e termine com o rumo de destruição do trabalho. Medidas que aumentam os salários, que dinamizam a economia, que promovem o emprego com direitos e combatem a precariedade, taxando a quem mais tem, aos grandes grupos económicos e às grandes fortunas, aquilo que tem sido roubado aos trabalhadores.